

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE GOIANO  
3054 - SICOOB CREDI-RURAL  
BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>		<b>2.362.376.635,38</b>	<b>1.450.812.788,18</b>
<b>Circulante</b>		<b>1.556.108.310,24</b>	<b>1.135.603.253,35</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>04</b>	<b>429.132.055,25</b>	<b>334.262.789,72</b>
Disponibilidades		14.099.331,11	14.746.161,83
Centralização Financeira - Cooperativas		405.344.708,52	310.092.099,35
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		9.688.015,62	9.424.528,54
<b>Operações de Crédito</b>	<b>05</b>	<b>1.122.814.711,14</b>	<b>797.945.570,60</b>
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		271.818.376,29	190.257.537,02
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(18.942.207,46)	(8.957.874,05)
Financiamentos		178.291.752,50	75.331.562,18
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(5.454.094,21)	(1.821.125,65)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		708.700.735,48	551.106.312,48
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(11.599.851,46)	(7.970.841,38)
<b>Outros Créditos</b>	<b>06</b>	<b>3.822.744,39</b>	<b>3.233.859,33</b>
Créditos por Avais e Fianças Honradas		330.706,35	73.968,53
Rendas a Receber		1.001.982,32	1.591.665,10
Diversos		693.243,81	280.470,49
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		1.967.151,83	1.349.195,83
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(170.339,92)	(61.440,62)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>07</b>	<b>338.799,46</b>	<b>161.033,70</b>
Outros Valores e Bens		78.005,86	95.236,55
Despesas Antecipadas		260.793,60	65.797,15
<b>Não Circulante</b>		<b>806.268.325,14</b>	<b>315.209.534,83</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>750.771.647,22</b>	<b>268.201.107,65</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>05</b>	<b>749.849.862,57</b>	<b>267.279.323,00</b>
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		112.514.295,41	53.794.600,12
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(11.277.628,34)	(2.575.198,06)
Financiamentos		458.344.149,73	122.935.991,36
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(9.446.643,22)	(1.939.233,05)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		202.274.581,59	96.234.922,13
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(2.558.892,60)	(1.171.759,50)
<b>Outros Créditos</b>		<b>921.784,65</b>	<b>921.784,65</b>
Devedores por Depósitos em Garantia		921.784,65	921.784,65
<b>Permanente</b>		<b>55.496.677,92</b>	<b>47.008.427,18</b>
<b>Investimentos</b>	<b>08</b>	<b>35.709.990,27</b>	<b>26.951.351,13</b>
Participação em Cooperativa Central de Crédito		16.743.979,77	9.215.036,49
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		18.934.228,71	17.704.532,85
Outras Participações		7.044,54	7.044,54
Outros investimentos		24.737,25	24.737,25
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>09</b>	<b>19.101.308,50</b>	<b>18.979.334,07</b>
Imobilizado de Uso		29.768.410,48	28.226.561,65
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(10.667.101,98)	(9.247.227,58)
<b>Intangível</b>		<b>685.379,15</b>	<b>1.077.741,98</b>
Ativos Intangíveis		3.375.112,80	3.497.571,65
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(2.689.733,65)	(2.419.829,67)
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.362.376.635,38</b>	<b>1.450.812.788,18</b>
<b>PASSIVO</b>		<b>1.740.565.931,89</b>	<b>932.361.493,98</b>
<b>Circulante</b>		<b>1.735.862.043,99</b>	<b>926.369.121,93</b>
<b>Depósitos</b>	<b>10</b>	<b>1.042.583.886,61</b>	<b>493.723.601,83</b>
Depósitos à Vista		404.963.020,69	181.667.905,06
Depósitos à Prazo		637.620.865,92	312.055.696,77
<b>Recursos de Aceite e Emissão de Títulos</b>	<b>11</b>	<b>183.246.419,95</b>	<b>236.861.812,90</b>
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio		183.246.419,95	236.861.812,90
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>12</b>	<b>186.804.418,37</b>	<b>88.736.781,24</b>
Repasse Interfinanceiros		186.804.418,37	88.736.781,24
<b>Relações Interdependências</b>	<b>13</b>	<b>144.826.704,95</b>	<b>67.518.940,20</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros		144.826.704,95	67.518.940,20
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	<b>12</b>	<b>135.900.820,97</b>	<b>1.338.381,90</b>
Empréstimos No País - Outras Instituições		135.900.820,97	1.338.381,90
<b>Outras Obrigações</b>	<b>14</b>	<b>42.499.793,14</b>	<b>38.189.603,86</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados Sociais e Estatutárias	14.1	6.181,78	132.085,06
		32.294.867,68	26.981.510,17

Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	14.2	2.371.924,65	3.884.719,24
Diversas	14.3	7.826.819,03	7.191.289,39
<b>Não Circulante</b>		<b>4.703.887,90</b>	<b>5.992.372,05</b>
<b>Recursos de Aceite e Emissão de Títulos</b>	<b>11</b>	<b>520.919,86</b>	<b>1.250.397,34</b>
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		520.919,86	1.250.397,34
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>12</b>	<b>699.391,80</b>	<b>1.712.142,47</b>
Repasses Interfinanceiros		699.391,80	1.712.142,47
<b>Outras Obrigações</b>	<b>14</b>	<b>3.483.576,24</b>	<b>3.029.832,24</b>
Diversas		1.483.088,95	1.102.863,99
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		2.000.487,29	1.926.968,25
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>621.810.703,49</b>	<b>518.451.294,20</b>
<b>Capital Social</b>	<b>16a</b>	<b>402.502.568,17</b>	<b>347.020.717,95</b>
De Domiciliados No País		404.493.080,00	348.687.571,40
(-) Capital A Realizar		(1.990.511,83)	(1.666.853,45)
<b>Reserva de Sobras</b>		<b>219.308.135,32</b>	<b>171.430.576,25</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>2.362.376.635,38</b>	<b>1.450.812.788,18</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDESTE GOIANO  
3054 - SICOOB CREDI-RURAL  
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
<b>Ingresso/Receita da Intermediação Financeira</b>		<b>111.247.951,06</b>	<b>207.719.623,01</b>	<b>84.904.572,76</b>	<b>159.091.219,96</b>
Operações de Crédito	18	100.395.109,70	184.571.252,62	71.237.826,15	125.482.562,55
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		104.003,68	271.852,36	1.342.496,67	5.673.342,33
Resultado das Aplicações Compulsórias		4.670.317,94	6.064.948,49	812.498,65	1.042.795,55
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		6.078.519,74	16.811.569,54	11.511.751,29	26.892.519,53
<b>Dispêndio da Intermediação Financeira</b>	<b>19</b>	<b>(34.380.792,49)</b>	<b>(70.269.171,89)</b>	<b>(20.333.387,74)</b>	<b>(41.590.563,58)</b>
Operações de Captação no Mercado		(9.770.469,51)	(23.519.782,24)	(16.945.504,99)	(33.452.244,28)
Operações de Empréstimos e Repasses		(6.478.651,60)	(10.175.770,20)	(3.038.033,08)	(7.100.677,86)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(18.131.671,38)	(36.573.619,45)	(349.849,67)	(1.037.641,44)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>76.867.158,57</b>	<b>137.450.451,12</b>	<b>64.571.185,02</b>	<b>117.500.656,38</b>
<b>Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais</b>		<b>(16.259.572,42)</b>	<b>(31.725.095,96)</b>	<b>(15.219.726,76)</b>	<b>(30.441.832,39)</b>
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço		5.746.039,13	10.194.938,97	4.723.142,84	7.640.934,48
Rendas (Ingressos) de Tarifas		1.162.907,30	2.183.928,60	1.046.748,60	2.037.343,80
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	20	(12.371.403,67)	(24.265.193,18)	(11.223.108,92)	(22.138.410,50)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	21	(11.936.560,15)	(24.793.909,78)	(10.161.067,23)	(21.875.190,69)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(527.769,16)	(957.795,05)	(481.020,40)	(819.687,71)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	22	2.422.788,93	6.997.186,21	2.311.231,38	7.566.002,58
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	23	(187.695,07)	(376.292,91)	(1.573.616,54)	(2.676.883,00)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(567.879,73)	(707.958,82)	137.963,51	(175.941,35)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>60.607.586,15</b>	<b>105.725.355,16</b>	<b>49.351.458,26</b>	<b>87.058.823,99</b>
<b>Outras Receitas e Despesas</b>	<b>24</b>	<b>(12.602,87)</b>	<b>8.175,19</b>	<b>5.174,91</b>	<b>(84.673,50)</b>
Outras Receitas		15.495,67	81.573,28	36.505,28	71.137,33
Outras Despesas		(28.521,67)	(73.821,22)	(31.330,37)	(155.810,83)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		423,13	423,13	-	-
<b>Resultado Antes da Tributação e Participações</b>		<b>60.594.983,28</b>	<b>105.733.530,35</b>	<b>49.356.633,17</b>	<b>86.974.150,49</b>
Imposto de Rendas		572.917,39	-	329.492,44	-
Contribuição Social		350.950,43	-	204.895,45	-
Participações nos Resultados de Empregados		(3.405.931,63)	(3.405.931,63)	(2.869.496,99)	(2.869.496,99)
<b>Resultado Antes dos Juros ao Capital</b>		<b>58.112.919,47</b>	<b>102.327.598,72</b>	<b>47.021.524,07</b>	<b>84.104.653,50</b>
Juros ao Capital		(10.307.188,70)	(10.307.188,70)	(18.949.631,35)	(18.949.631,35)
<b>Sobras/Perdas Líquidas</b>		<b>47.805.730,77</b>	<b>92.020.410,02</b>	<b>28.071.892,72</b>	<b>65.155.022,15</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE GOIANO  
3054 - SICOOB CREDI-RURAL  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
<b>Sobras/Perdas Antes das Destinações</b>		<b>58.112.919,47</b>	<b>102.327.598,72</b>	<b>47.021.524,07</b>	<b>84.104.653,50</b>
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		18.131.671,38	36.573.619,45	349.849,67	1.037.641,44
Provisão de Juros ao Capital		(10.307.188,70)	(10.307.188,70)	(18.949.631,35)	(18.949.631,35)
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		567.879,73	707.958,82	(137.963,51)	175.941,35
Depreciações e Amortizações		1.392.113,52	2.755.238,36	1.173.310,95	2.345.672,76
<b>Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações</b>		<b>67.897.395,40</b>	<b>132.057.226,65</b>	<b>29.457.089,83</b>	<b>68.714.277,70</b>
Operações de Crédito		(609.894.738,74)	(844.013.299,56)	(219.168.825,52)	(440.140.158,05)
Outros Créditos		149.303,31	(588.885,06)	(180.075,55)	9.557.746,83
Outros Valores e Bens		257.735,58	(177.765,76)	232.962,76	251.537,31
Depósitos à Vista		16.298.559,59	223.295.115,63	(30.182.203,14)	54.761.093,73
Depósitos à Prazo		3.432.009,85	325.565.169,15	(40.812.278,42)	61.085.568,23
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		(123.636.420,35)	(54.344.870,43)	3.635.069,75	44.153.986,81
Relações Interdependências		144.694.347,56	77.307.764,75	66.957.418,46	8.054.643,67
Relações Interfinanceiras		35.564.330,57	97.054.886,46	(2.964.352,05)	(56.634.212,57)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		134.814.957,73	134.562.439,07	1.338.381,90	1.338.381,90
Outras Obrigações		10.086.607,22	4.055.974,46	7.696.611,69	1.547.403,58
FATES Sobras Exercício		(3.118.004,45)	(3.118.004,45)	(85.284,99)	(85.284,99)
Imposto de Renda		572.917,39	-	329.492,44	-
Contribuição Social		350.950,43	-	204.895,45	-
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais</b>		<b>(322.530.048,91)</b>	<b>91.655.750,91</b>	<b>(183.541.097,39)</b>	<b>(247.395.015,85)</b>
Aquisição de Intangível		(25.598,49)	(248.265,52)	-	88.994,75
Aquisição de Imobilizado de Uso		(1.588.970,19)	(2.236.584,44)	(3.022.029,94)	(4.492.767,99)
Aquisição de investimentos		(2.235.851,98)	(8.758.639,14)	(3.745.936,77)	(8.954.762,49)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>		<b>(3.850.420,66)</b>	<b>(11.243.489,10)</b>	<b>(6.767.966,71)</b>	<b>(13.358.535,73)</b>
Aumento por Novos Aportes de Capital		14.107.491,64	24.741.835,90	11.185.793,98	18.824.807,67
Devolução de Capital à Cooperados		(4.499.648,01)	(19.246.695,98)	(3.236.907,75)	(15.971.414,61)
Estorno/Cancelamento de Capital		-	(13.800,00)	(1.060,00)	(17.425,16)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		-	(272.212,44)	-	(987.708,25)
Juros ao Capital pago		10.201.719,51	10.201.719,51	18.806.723,05	18.806.723,05
IRRF sobre Juros ao Capital		(1.025.672,87)	(1.025.672,87)	(2.646.200,27)	(2.646.200,27)
Recuperação de Sobras/Perdas de Exercícios Anteriores		72.429,39	71.829,60	570,90	13.251,19
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>		<b>18.856.319,66</b>	<b>14.457.003,72</b>	<b>24.108.919,91</b>	<b>18.022.033,62</b>
<b>Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(307.524.149,91)</b>	<b>94.869.265,53</b>	<b>(166.200.144,19)</b>	<b>(242.731.517,96)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		736.656.205,16	334.262.789,72	500.462.933,91	576.994.307,68
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		429.132.055,25	429.132.055,25	334.262.789,72	334.262.789,72
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(307.524.149,91)</b>	<b>94.869.265,53</b>	<b>(166.200.144,19)</b>	<b>(242.731.517,96)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE GOIANO  
3054 - SICOOB CREDI-RURAL  
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Fundo de Reserva	Estatutárias		
<b>Saldo em 31/12/2018</b>		<b>295.146.269,25</b>	<b>(1.183.278,67)</b>	<b>106.347.587,90</b>	<b>35.048.944,94</b>	-	<b>435.359.523,42</b>
<b>Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores</b>		-	-	<b>13.251,19</b>	-	-	<b>13.251,19</b>
Ao Capital		34.061.236,69	-	-	(34.061.236,69)	-	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	(987.708,25)	-	(987.708,25)
<b>Outros Eventos/Reservas</b>		-	-	-	-	<b>3.339.438,02</b>	<b>3.339.438,02</b>
Por Subscrição/Realização		19.308.382,45	(483.574,78)	-	-	-	18.824.807,67
Por Devolução (-)		(15.971.414,61)	-	-	-	-	(15.971.414,61)
Estorno de Capital		(17.425,16)	-	-	-	-	(17.425,16)
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>		-	-	-	-	<b>84.104.653,50</b>	<b>84.104.653,50</b>
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(18.949.631,35)	(18.949.631,35)
Juros ao Capital		18.806.723,05	-	-	-	-	18.806.723,05
IRRF sobre Juros ao Capital		(2.646.200,27)	-	-	-	-	(2.646.200,27)
Fundo de Reserva		-	-	23.973.061,06	-	(23.973.061,06)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	41.096.676,10	(41.096.676,10)	-
F A T E S		-	-	-	-	(3.424.723,01)	(3.424.723,01)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>		<b>348.687.571,40</b>	<b>(1.666.853,45)</b>	<b>130.333.900,15</b>	<b>41.096.676,10</b>	-	<b>518.451.294,20</b>
<b>Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores</b>		-	-	<b>71.829,60</b>	-	-	<b>71.829,60</b>
Ao Capital		40.824.463,66	-	-	(40.824.463,66)	-	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	(272.212,44)	-	(272.212,44)
<b>Outros Eventos/Reservas</b>		-	-	-	-	<b>1.561.069,53</b>	<b>1.561.069,53</b>
Por Subscrição/Realização		25.065.494,28	(323.658,38)	-	-	-	24.741.835,90
Por Devolução (-)		(19.246.695,98)	-	-	-	-	(19.246.695,98)
Estorno de Capital		(13.800,00)	-	-	-	-	(13.800,00)
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>		-	-	-	-	<b>102.327.598,72</b>	<b>102.327.598,72</b>
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(10.307.188,70)	(10.307.188,70)
Juros ao Capital		10.201.719,51	-	-	-	-	10.201.719,51
IRRF sobre Juros ao Capital		(1.025.672,87)	-	-	-	-	(1.025.672,87)
Fundo de Reserva		-	-	<b>32.753.517,84</b>	-	(32.753.517,84)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	56.148.887,73	(56.148.887,73)	-
F A T E S		-	-	-	-	(4.679.073,98)	(4.679.073,98)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>		<b>404.493.080,00</b>	<b>(1.990.511,83)</b>	<b>163.159.247,59</b>	<b>56.148.887,73</b>	-	<b>621.810.703,49</b>
<b>Saldo em 30/06/2019</b>		<b>324.407.889,97</b>	<b>(1.495.521,03)</b>	<b>106.360.268,19</b>	-	<b>38.166.670,46</b>	<b>467.439.307,59</b>
<b>Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores</b>		-	-	<b>570,90</b>	-	-	<b>570,90</b>
<b>Outros Eventos/Reservas</b>		-	-	-	-	<b>2.255.896,99</b>	<b>2.255.896,99</b>
Por Subscrição/Realização		11.357.126,40	(171.332,42)	-	-	-	11.185.793,98
Por Devolução (-)		(3.236.907,75)	-	-	-	-	(3.236.907,75)
Estorno de Capital		(1.060,00)	-	-	-	-	(1.060,00)
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>		-	-	-	-	<b>47.021.524,07</b>	<b>47.021.524,07</b>
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(18.949.631,35)	(18.949.631,35)
Juros ao Capital		18.806.723,05	-	-	-	-	18.806.723,05
IRRF sobre Juros ao Capital		(2.646.200,27)	-	-	-	-	(2.646.200,27)
Fundo de Reserva		-	-	23.973.061,06	-	(23.973.061,06)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	41.096.676,10	(41.096.676,10)	-
F A T E S		-	-	-	-	(3.424.723,01)	(3.424.723,01)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>		<b>348.687.571,40</b>	<b>(1.666.853,45)</b>	<b>130.333.900,15</b>	<b>41.096.676,10</b>	-	<b>518.451.294,20</b>
<b>Saldo em 30/06/2020</b>		<b>385.393.996,00</b>	<b>(1.675.318,10)</b>	<b>130.333.300,36</b>	-	<b>44.214.679,25</b>	<b>558.266.657,51</b>
<b>Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores</b>		-	-	<b>72.429,39</b>	-	-	<b>72.429,39</b>
<b>Outros Eventos/Reservas</b>		-	-	-	-	<b>1.561.069,53</b>	<b>1.561.069,53</b>
Por Subscrição/Realização		14.422.685,37	(315.193,73)	-	-	-	14.107.491,64
Por Devolução (-)		(4.499.648,01)	-	-	-	-	(4.499.648,01)
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>		-	-	-	-	<b>58.112.919,47</b>	<b>58.112.919,47</b>
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(10.307.188,70)	(10.307.188,70)
Juros ao Capital		10.201.719,51	-	-	-	-	10.201.719,51
IRRF sobre Juros ao Capital		(1.025.672,87)	-	-	-	-	(1.025.672,87)
Fundo de Reserva		-	-	32.753.517,84	-	(32.753.517,84)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	56.148.887,73	(56.148.887,73)	-
F A T E S		-	-	-	-	(4.679.073,98)	(4.679.073,98)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>		<b>404.493.080,00</b>	<b>(1.990.511,83)</b>	<b>163.159.247,59</b>	<b>56.148.887,73</b>	-	<b>621.810.703,49</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE GOIANO  
3054 - SICOOB CREDI-RURAL  
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		58.112.919,47	102.327.598,72	47.021.524,07	84.104.653,50
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>		<b>58.112.919,47</b>	<b>102.327.598,72</b>	<b>47.021.524,07</b>	<b>84.104.653,50</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE GOIANO  
3054 - SICOOB CREDI-RURAL  
Demonstrações de Reversões e Destinações do Resultado do Exercício

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
<b>1. Resultado Líquido na DSP</b>	<b>92.020.410,02</b>	<b>65.155.022,15</b>
<b>2. Reversões</b>	<b>1.561.069,53</b>	<b>3.339.438,02</b>
2.1 Legais/Estatutárias		
Utilização do FATES (Treinamento, Eventos)	1.561.069,53	3.339.438,02
<b>3. Sub Total (1 + 2)</b>	<b>93.581.479,55</b>	<b>68.494.460,17</b>
<b>4. Destinações</b>	<b>(93.581.479,55)</b>	<b>(68.494.460,17)</b>
<b>4.1 Fundo de Reserva</b>		
35% das Sobras (art.77 inc.I) Estatuto AGE	(32.753.517,84)	(23.973.061,06)
<b>4.2 FATES</b>		
5% das Sobras art.77 inc.II) Estatuto AGE	(4.679.073,98)	(3.424.723,01)
<b>4.3 Fundo para Aumento de Capital</b>		
60% das Sobras art.77 inc.III) Estatuto AGE	(56.148.887,73)	(41.096.676,10)



## COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE GOIANO

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em Reais (R\$)

#### 1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE GOIANO - SICOOB CREDI-RURAL**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **18/08/1988**, filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDI-RURAL**, possui **16** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **JATAÍ - GO, ACREÚNA - GO, PARAÚNA - GO, MONTIVIDIU - GO, INDIARA - GO, SANTA HELENA DE GOIÁS - GO, IPORÁ - GO, SÃO LUÍS DE MONTES BELOS - GO, CAIAPÔNIA - GO, EDÉIA - GO, CATALÃO - GO, JANDAIA - GO, ANICUNS - GO, MONTES CLAROS DE GOIÁS - GO, RIO VERDE - GO, PALMEIRAS DE GOIÁS - GO.**

O **SICOOB CREDI-RURAL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

#### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 19/02/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.



## **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação**

### **a) Mudanças em vigor**

O Banco Central emitiu a resolução 4.720 de 30 de maio de 2019, Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução nº2, de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

### **b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras.

A Resolução CMN 4.818/20 entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, exceto para o disposto no artigo 10, parágrafo único, que trata das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas adotando o padrão contábil internacional, que somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

## **2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”**

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

#### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

#### **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

#### **e) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

#### **f) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **g) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **h) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **i) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### **j) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **k) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **l) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### **m) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

**o) Demais ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

**p) Demais passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**q) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

**s) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

**t) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

**u) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

**v) Valor recuperável de ativos – *impairment***

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

#### 4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa (I)	14.099.331,11	14.746.161,83
Aplicações interfinanceiras de liquidez (II)	9.688.015,62	9.424.528,54
Relações interfinanceiras - centralização financeira (III)	405.344.708,52	310.092.099,35
<b>TOTAL</b>	<b>429.132.055,25</b>	<b>334.262.789,72</b>

(I) Refere-se aos valores que a cooperativa mantém em sua dependência (tesouraria e terminal de auto atendimento) e em custódia na tesouraria centralizadora (numerário em trânsito em poder da transportadora de valores para reciclagem, onde o excedente é depositado nas contas de reservas bancárias).

(II) Refere-se as aplicações do Bancoob pós-fixadas com taxa de 101% do CDI. Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos semestres findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$ 271.852,36 e R\$ 5.673.342,33

(III) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB UNI conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 16.811.569,54 e R\$ 26.892.519,53 respectivamente, com taxa média de 100% do CDI nos respectivos períodos.

#### 5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	271.818.376,29	112.514.295,41	<b>384.332.671,70</b>	244.052.137,14
Financiamentos	178.291.752,50	458.344.149,73	<b>636.635.902,23</b>	198.267.553,54
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	708.700.735,48	202.274.581,59	<b>910.975.317,07</b>	647.341.234,61
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>1.158.810.864,27</b>	<b>773.133.026,73</b>	<b>1.931.943.891,00</b>	<b>1.089.660.925,29</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	(35.996.153,13)	(23.283.164,16)	<b>(59.279.317,29)</b>	(24.436.031,69)
<b>TOTAL</b>	<b>1.122.814.711,14</b>	<b>749.849.862,57</b>	<b>1.872.664.573,71</b>	<b>1.065.224.893,60</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A 0,50% Normal	83.601.207,87	182.093.614,06	297.657.686,51	563.352.508,44	(2.816.762,54)	272.223.211,08	(1.361.116,06)
B 1% Normal	153.381.736,15	284.062.172,64	456.315.367,86	893.759.276,65	(8.937.592,77)	608.715.145,18	(6.087.151,45)
B 1% Vencidas	31.906,08	32.833,35	-	64.739,43	(647,39)	606.034,28	(6.060,34)
C 3% Normal	90.793.989,50	152.832.086,28	140.382.194,86	384.008.270,64	(11.520.248,12)	165.013.356,18	(4.950.400,69)
C 3% Vencidas	344.384,48	216.934,04	476.658,47	1.037.976,99	(31.139,31)	579.201,93	(17.376,06)
D 10% Normal	13.624.821,38	6.041.785,68	9.054.972,31	28.721.579,37	(2.872.157,94)	22.034.204,28	(2.203.420,43)
D 10% Vencidas	539.993,76	158.247,64	-	698.241,40	(69.824,14)	193.977,98	(19.397,80)
E 30% Normal	9.404.451,50	3.871.409,54	3.442.722,91	16.718.583,95	(5.015.575,19)	5.838.149,84	(1.751.444,95)
E 30% Vencidas	1.211.258,01	62.652,68	54.292,16	1.328.202,85	(398.460,85)	5.157.083,93	(1.547.125,18)
F 50% Normal	18.493.882,51	3.855.077,43	2.588.189,20	24.937.149,14	(12.468.574,57)	5.232.180,07	(2.616.090,04)
F 50% Vencidas	2.115.610,60	1.119.319,61	726.881,25	3.961.811,46	(1.980.905,73)	355.552,95	(177.776,48)
G 70% Normal	286.568,27	64.470,83	-	351.039,10	(245.727,37)	2.478,02	(1.734,61)
G 70% Vencidas	252.862,44	-	23.173,37	276.035,81	(193.225,07)	44.701,36	(31.290,95)
H 100% Normal	9.167.325,34	1.667.823,82	-	10.835.149,16	(10.835.149,16)	283.647,70	(283.647,70)
H 100% Vencidas	1.082.673,81	557.474,63	253.178,17	1.893.326,61	(1.893.326,61)	3.382.000,51	(3.382.000,51)
<b>Normal</b>	<b>378.753.982,52</b>	<b>634.488.440,28</b>	<b>909.441.133,65</b>	<b>1.922.683.556,45</b>	<b>(54.711.787,66)</b>	<b>1.079.342.372,35</b>	<b>(19.255.005,50)</b>
<b>Vencidas</b>	<b>5.578.689,18</b>	<b>2.147.461,95</b>	<b>1.534.183,42</b>	<b>9.260.334,55</b>	<b>(4.567.529,63)</b>	<b>10.318.552,94</b>	<b>(5.181.026,19)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>384.332.671,70</b>	<b>636.635.902,23</b>	<b>910.975.317,07</b>	<b>1.931.943.891,00</b>	<b>(59.279.317,29)</b>	<b>1.089.660.925,29</b>	<b>(24.436.031,69)</b>
<b>Provisões</b>	<b>(30.219.835,80)</b>	<b>(14.900.737,43)</b>	<b>(14.158.744,06)</b>	<b>(59.279.317,29)</b>		<b>(24.436.031,69)</b>	
<b>Total líquido</b>	<b>354.112.835,90</b>	<b>621.735.164,80</b>	<b>896.816.573,01</b>	<b>1.872.664.573,71</b>		<b>1.065.224.893,60</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimo / TD	71.296.487,72	200.521.888,57	112.514.295,41	384.332.671,70
Financiamento	26.663.100,43	151.628.652,07	458.344.149,73	636.635.902,23
Financiamento rurais	183.253.001,11	525.447.734,37	202.274.581,59	910.975.317,07
<b>TOTAL</b>	<b>281.212.589,26</b>	<b>877.598.275,01</b>	<b>773.133.026,73</b>	<b>1.931.943.891,00</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	5.908.239,01	8.275.800,23	-	14.184.039,24	1%
Setor Privado - Serviços	100.704.111,68	166.779.146,28	18.725.916,76	286.209.174,72	15%
Pessoa Física	274.771.579,41	457.728.252,81	891.249.241,59	1.623.749.073,81	84%
Outros	2.948.741,60	3.852.702,91	1.000.158,72	7.801.603,23	0%
<b>TOTAL</b>	<b>384.332.671,70</b>	<b>636.635.902,23</b>	<b>910.975.317,07</b>	<b>1.931.943.891,00</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	24.436.031,69	24.393.025,85
Constituições / Reversões	36.464.720,13	1.050.906,04
Transferência para prejuízo	(1.621.434,53)	(1.007.900,20)
<b>TOTAL</b>	<b>59.279.317,29</b>	<b>24.436.031,69</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	35.387.339,28	1,83%	20.959.933,02	1,92%
10 Maiores Devedores	253.041.501,83	13,10%	145.965.495,51	13,40%
50 Maiores Devedores	652.347.264,85	33,77%	341.051.686,55	31,30%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	16.752.303,65	17.016.768,02
Valor das operações transferidas no período	1.621.434,53	1.007.900,20
Valor das operações recuperadas no período	(2.806.962,31)	(1.272.364,57)
<b>TOTAL</b>	<b>15.566.775,87</b>	<b>16.752.303,65</b>

#### h) Operações renegociadas:

As operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um saldo devedor conforme demonstrado abaixo, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Operações Renegociadas	60.122.973,05	15.801.952,15

#### 6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados	330.706,35	-	73.968,53	-
<b>Rendas a Receber</b>	<b>1.001.982,32</b>	-	<b>1.591.665,10</b>	-
Serviços prestados a receber	346.503,46	-	253.664,58	-
Outras rendas a receber	1.756,99	-	3.691,47	-
Rendimentos Centralização Financeira - Central (I)	653.721,87	-	1.334.309,05	-
<b>Diversos</b>	<b>2.660.395,64</b>	<b>921.784,65</b>	<b>1.629.666,32</b>	<b>921.784,65</b>
Adiantamentos e antecipações salariais	146.801,31	-	20.325,37	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	93.715,93	-	114.984,11	-
Devedores por depósitos em garantia (II)	-	921.784,65	-	921.784,65
Impostos e contribuições a compensar (III)	1.967.151,83	-	1.349.195,83	-
Títulos e créditos a receber	6.314,35	-	8.646,00	-
Devedores diversos – país (IV)	446.412,22	-	136.515,01	-
<b>(-) Provisões para outros créditos</b>	<b>(170.339,92)</b>	-	<b>(61.440,62)</b>	-
(-) Com características de concessão de crédito (V)	(168.908,90)	-	(60.009,60)	-
(-) Sem características de concessão de crédito	(1.431,02)	-	(1.431,02)	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.822.744,39</b>	<b>921.784,65</b>	<b>3.233.859,33</b>	<b>921.784,65</b>

(I) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB UNI referente ao mês de dezembro de 2020.

(II) No ativo não circulante o montante de R\$ 920.354, refere-se à depósitos judiciais vinculados à ação movida pela cooperativa contra a Receita Federal em contestação à intenção de cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre ato cooperativo em trâmite, sem trânsito em julgado.

(III) Refere-se basicamente aos tributos (IRPJ e CSLL) a serem compensados no próximo exercício.

(IV) Refere-se a valores não ajustados, mas ainda sujeitos a conciliação decorrentes das operacionalizações de produtos e serviços da instituição com seus associados.

(V) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

#### 7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Material em Estoque	78.005,86	95.236,55
Despesas Antecipadas (I)	260.793,60	65.797,15
<b>TOTAL</b>	<b>338.799,46</b>	<b>161.033,70</b>



(l) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros, contribuição cooperativista, contribuição sindical, contribuição patronal, IPTU e outras despesas administrativas a serem apropriadas.

## 8. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central de Crédito – Central Sicoob UNI	16.743.979,77	9.215.036,49
Partic. em Inst. Financ. Controlada por Coop. Crédito - Bancoob	18.934.228,71	17.704.532,85
Outras Participações	7.044,54	7.044,54
Outros Investimentos	24.737,25	24.737,25
<b>TOTAL</b>	<b>35.709.990,27</b>	<b>26.951.351,13</b>

## 9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em Curso (l)		1.376.701,22	2.172.893,95
Terrenos		5.359.566,67	5.359.566,67
Edificações	4%	6.734.628,69	6.761.418,58
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.708.074,14)	(1.444.582,82)
Instalações	10%	3.651.111,59	4.521.881,42
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.850.711,05)	(1.750.849,19)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.088.665,68	2.760.169,69
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.556.343,56)	(1.333.505,86)
Sistema de Comunicação	20%	206.584,58	196.264,95
Sistema de Processamento de Dados	20%	6.522.954,83	5.023.892,51
Sistema de Segurança	10%	769.008,64	640.572,75
Sistema de Transporte	20%	808.362,13	789.901,13
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20%	1.250.826,45	-
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(5.551.973,23)	(4.718.289,71)
<b>TOTAL</b>		<b>19.101.308,50</b>	<b>18.979.334,07</b>

(l) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão de obras em andamento e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

## 10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.



Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	404.963.020,69		181.667.905,06	
Depósito a Prazo	637.620.865,92	0,18	312.055.696,77	0,37
<b>TOTAL</b>	<b>1.042.583.886,61</b>		<b>493.723.601,83</b>	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	144.833.461,53	10,57%	84.950.063,79	10,65%
10 Maiores Depositantes	389.078.214,76	28,40%	266.335.593,43	33,40%
50 Maiores Depositantes	594.734.272,33	43,41%	379.147.505,19	47,55%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(6.485.343,24)	(15.291.530,44)	(10.320.545,41)	(20.371.346,06)
Despesas de LCA	(2.210.668,18)	(6.347.394,46)	(5.983.491,17)	(11.889.780,19)
Despesas de Contribuição ao FGCOOP	(1.074.458,09)	(1.880.857,34)	(641.468,41)	(1.191.118,03)
<b>TOTAL</b>	<b>(9.770.469,51)</b>	<b>(23.519.782,24)</b>	<b>(16.945.504,99)</b>	<b>(33.452.244,28)</b>

## 11. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2º sem/20	2020	Taxa média (a.m.%)	2º sem/19	2019	Taxa média (a.m.%)
Despesa LCA	(2.210.668,18)	(6.347.394,46)	0,15	(5.983.491,17)	(11.889.780,19)	0,32

## 12. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Obrigações por Empréstimos</b>	<b>135.900.820,97</b>	-	<b>1.338.381,90</b>	-
Bancoob	100.900.820,97	-	1.338.381,90	-
Cooperativa Central	35.000.000,00	-	-	-
<b>Repases interfinanceiros</b>	<b>186.804.418,37</b>	<b>699.391,80</b>	<b>88.736.781,24</b>	<b>1.712.142,47</b>
Recursos do Bancoob	190.968.771,51	706.421,71	90.823.646,61	1.733.232,20
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(4.164.353,14)	(7.029,91)	(2.086.865,37)	(21.089,73)
<b>TOTAL</b>	<b>322.705.239,34</b>	<b>699.391,80</b>	<b>90.075.163,14</b>	<b>1.712.142,47</b>

## 13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem. Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ordens de Pagamento	144.826.704,95	67.518.940,20

## 14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arre. de Tributos e Assemelhados	6.181,78	-	132.085,06	-
Sociais e Estatutárias	32.294.867,68	-	26.981.510,17	-
Fiscais e Previdenciárias	2.371.924,65	-	3.884.719,24	-
Diversas	7.826.819,03	3.483.576,24	7.191.289,39	3.029.832,24
<b>TOTAL</b>	<b>42.499.793,14</b>	<b>3.483.576,24</b>	<b>38.189.603,86</b>	<b>3.029.832,24</b>

### 14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Participações nos Lucros	3.405.931,63	2.869.496,99
Resultado de Atos com Associados (I)	14.132.118,62	11.014.114,17
Resultado de Atos com não Associados (I)	7.340.065,63	7.340.065,63
Cotas de Capital a Pagar (II)	7.416.751,80	5.757.833,38
<b>TOTAL</b>	<b>32.294.867,68</b>	<b>26.981.510,17</b>

(I) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **5%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

### 14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	71.005,97	60.241,16
Impostos e Contribuições sobre Salários	946.386,31	801.242,33
Outros (I)	1.354.532,37	3.023.235,75
<b>TOTAL</b>	<b>2.371.924,65</b>	<b>3.884.719,24</b>

(I) Refere-se basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre o pagamento de juros ao capital, a ser recolhido no mês seguinte.

### 14.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques Administrativos	6.756,58	-	745,26	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	169.499,38	-	788.450,16	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (I)	1.352.018,10	-	1.084.011,60	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (II)	4.216.902,97	-	3.388.764,35	-
Provisão para Passivos Contingentes – (Nota 30)	-	2.000.487,29	-	1.926.968,25
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (III)	732.149,17	1.483.088,95	404.415,31	1.102.863,99
Credores Diversos - País (IV)	1.349.492,83	-	1.524.902,71	-
<b>TOTAL</b>	<b>7.826.819,03</b>	<b>3.483.576,24</b>	<b>7.191.289,39</b>	<b>3.029.832,24</b>

(I) Refere-se a saldo de conta salário, dependente de prestação de serviço de pagamento.

(II) Refere-se a pagamento a efetuar de despesas com pessoal e despesas administrativas.



(III) Refere-se a provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(IV) Refere-se a valores não ajustados, mas ainda sujeitos a conciliação decorrentes das operacionalizações de produtos e serviços da instituição com seus associados.

## 15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDI-RURAL** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos, repasses e LCA.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 16. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	402.502.568,17	347.020.717,95
Quantidade de Associados	12.149	9.884

### b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 35%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

### c) Reserva Estatutária – Fundo para Aumento de Capital

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 60%, utilizadas exclusivamente para aumento de capital.

### d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

#### e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	92.020.410,02	65.155.022,15
Utilização de Recursos do FATES	1.561.069,53	3.339.438,02
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	93.581.479,55	68.494.460,17
Destinações estatutárias	(93.581.479,55)	(68.494.460,17)
Reserva legal - 35%	(32.753.517,84)	(23.973.061,06)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(4.679.073,98)	(3.424.723,01)
Fundo de Aumento de Capital 60%	(56.148.887,73)	(41.096.676,10)

#### 17. Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2020**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$**10.307.188,70** equivalente a 100% da variação da SELIC. Em **2019**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 18.949.631,35 equivalente 100% da variação da SELIC.

#### 18. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	206.742,05	425.654,77	211.848,75	385.261,54
Rendas de Empréstimos	33.768.741,80	65.910.827,64	26.200.521,16	49.193.729,80
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.632.446,18	3.324.113,98	1.683.303,53	2.942.621,89
Rendas de Financiamentos	24.799.023,30	41.210.995,46	11.663.088,29	18.965.842,29
Rendas de Finan. Rurais - Aplic. com Recursos	39.366.100,41	70.895.595,01	30.668.163,49	52.727.927,16
Recup. de Créditos Baixados como Prejuízo	622.055,96	2.804.065,76	810.900,93	1.267.179,87
<b>TOTAL</b>	<b>100.395.109,70</b>	<b>184.571.252,62</b>	<b>71.237.826,15</b>	<b>125.482.562,55</b>

#### 19. Despesas/Receitas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Captação	(9.770.469,51)	(23.519.782,24)	(16.945.504,99)	(33.452.244,28)
Despesas de Obrig. por Emp. e Repasses	(6.478.651,60)	(10.175.770,20)	(3.038.033,08)	(7.100.677,86)
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	18.384.101,78	32.116.249,39	13.406.939,27	23.501.658,02
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	34.992,53	90.986,87	8.091,33	34.355,12
Provisões para Operações de Crédito	(36.387.362,20)	(68.551.791,25)	(13.706.514,97)	(24.504.750,60)
Provisões para Outros Créditos	(163.403,49)	(229.064,46)	(58.365,30)	(68.903,98)
<b>TOTAL</b>	<b>(34.380.792,49)</b>	<b>(70.269.171,89)</b>	<b>(20.333.387,74)</b>	<b>(41.590.563,58)</b>

#### 20. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(82.015,94)	(183.909,94)	(74.184,44)	(172.775,84)
Desp. de Honorários – Diret. e Cons.de Adm.	(1.476.244,83)	(2.733.493,44)	(1.313.578,50)	(2.580.757,12)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.581.870,07)	(3.234.152,42)	(1.280.721,67)	(2.492.253,36)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.610.268,14)	(5.016.568,22)	(2.302.768,00)	(4.714.922,56)
Despesas de Pessoal - Proventos	(6.455.514,12)	(12.623.126,54)	(5.709.290,83)	(11.198.976,87)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(46.275,05)	(253.454,58)	(474.508,00)	(852.788,26)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(119.215,52)	(220.488,04)	(68.057,48)	(125.936,49)
<b>TOTAL</b>	<b>(12.371.403,67)</b>	<b>(24.265.193,18)</b>	<b>(11.223.108,92)</b>	<b>(22.138.410,50)</b>

## 21. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(430.566,30)	(835.897,16)	(436.348,62)	(853.232,50)
Despesas de Aluguéis	(550.098,12)	(1.084.282,86)	(496.234,71)	(1.001.139,99)
Despesas de Comunicações	(621.932,90)	(1.207.390,93)	(531.944,11)	(1.047.813,97)
Despesas de Manut. e Conservação de Bens	(220.650,28)	(512.363,19)	(174.732,08)	(349.844,81)
Despesas de Material	(138.360,34)	(337.956,31)	(143.031,35)	(302.590,91)
Despesas de Processamento de Dados	(1.069.592,22)	(2.182.438,48)	(971.549,13)	(1.963.147,82)
Desp. de Promoções e Relações Públicas	(572.495,14)	(2.184.562,55)	(537.958,30)	(3.310.984,57)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(98.544,49)	(190.901,04)	(76.072,30)	(169.698,88)
Despesas de Seguros	(246.933,02)	(489.971,60)	(142.044,39)	(293.975,13)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.355.869,45)	(2.583.461,30)	(1.102.909,41)	(2.028.029,37)
Despesas de Serviços de Terceiros	(292.405,34)	(513.397,21)	(257.266,33)	(507.230,31)
Desp. de Serviços de Vigilância e Segurança	(978.965,11)	(1.933.059,41)	(824.746,12)	(1.631.257,89)
Desp. de Serviços Técnicos Especializados	(632.701,21)	(1.164.560,21)	(512.804,88)	(909.520,02)
Despesas de Transporte	(1.123.591,13)	(2.146.239,96)	(1.054.755,69)	(1.923.394,17)
Despesas de Viagem no País	(31.800,64)	(122.811,86)	(113.522,13)	(207.276,77)
Despesas de Amortização	(310.919,29)	(640.628,35)	(331.729,04)	(699.834,89)
Despesas de Depreciação	(1.081.194,23)	(2.114.610,01)	(841.581,91)	(1.645.837,87)
Outras Despesas Administrativas	(350.473,53)	(634.109,76)	(254.057,85)	(555.849,58)
Emolumentos judiciais e cartorários	(94.967,33)	(185.472,34)	(27.778,15)	(64.756,87)
Contribuição a OCE	(84.154,55)	(155.704,55)	(96.860,13)	(170.378,48)
Rateio de despesas da Central	(1.444.588,15)	(3.118.236,97)	(1.012.106,52)	(1.751.214,78)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(205.757,38)	(455.853,73)	(221.034,08)	(488.181,11)
<b>TOTAL</b>	<b>(11.936.560,15)</b>	<b>(24.793.909,78)</b>	<b>(10.161.067,23)</b>	<b>(21.875.190,69)</b>

## 22. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	58.669,74	261.870,20	33.608,44	210.179,97
Dividendos	-	1.229.697,62	-	2.198.317,13
Deduções e abatimentos	20,00	1.898,24	183,83	740,09
Variação cambial	-	-	63.579,90	63.579,90
Rendas de repasses Del Credere	654.886,41	1.278.031,18	665.940,98	1.205.810,72
Outras rendas operacionais	735.000,77	2.449.521,11	872.596,44	2.673.181,51
Rendas oriundas de cartões de crédito	974.212,01	1.776.167,86	675.321,79	1.214.193,26
<b>TOTAL</b>	<b>2.422.788,93</b>	<b>6.997.186,21</b>	<b>2.311.231,38</b>	<b>7.566.002,58</b>

## 23. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	(1.051,76)	(2.991,97)	(2.920,49)	(6.035,03)
Desp. de Descontos Concedidos em Reneg.	-	(2.587,16)	-	-
Outras Despesas Operacionais	(162.712,03)	(325.820,30)	(1.369.047,28)	(2.457.095,51)
Descontos concedidos - operações de crédito	(20.077,28)	(31.566,48)	(197.372,77)	(206.776,46)
Cancelamento - tarifas pendentes	(3.854,00)	(13.327,00)	(4.276,00)	(6.976,00)
<b>TOTAL</b>	<b>(187.695,07)</b>	<b>(376.292,91)</b>	<b>(1.573.616,54)</b>	<b>(2.676.883,00)</b>

## 24. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Ganhos de Capital	15.495,67	81.573,28	36.505,28	70.589,91
Reversão de Provisões não Operacionais	423,13	423,13	-	-
Outras Rendas não Operacionais	-	-	-	547,42
(-) Perdas de Capital	(28.521,67)	(73.821,22)	(31.330,37)	(155.810,83)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(12.602,87)</b>	<b>8.175,19</b>	<b>5.174,91</b>	<b>(84.673,50)</b>

## 25. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	22.494.811,24	0,98%	386.011,26
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.615.323,36	0,07%	16.004,00
<b>TOTAL</b>	<b>24.110.134,60</b>	<b>1,05%</b>	<b>402.015,26</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	109.200.520,88	4,09%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2020**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	76.310,48	1.837,85	0,99%
Direitos Creditórios Descontados	8.940.796,50	97.814,68	0,98%
Empréstimos	2.581.461,97	57.349,04	0,71%
Financiamentos	22.180.153,99	614.972,11	3,48%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	14.684.337,33	3,64%	0%
Depósitos a Prazo	16.161.210,41	2,53%	0,16%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	7.733.567,37	4,21%	0,15%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,32%
Financiamentos Rurais - repasses	0,78%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	1,00%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	97,36%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	3,82%

(\*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo



de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) No exercício de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	Benefícios Monetários no Exercício de 2020 (R\$)		Benefícios Monetários no Exercício de 2019 (R\$)	
	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Honorários - Diretoria e Conselho de Adm.	(1.387.248,81)	(2.561.621,61)	(1.237.708,05)	(2.438.409,75)
Cédula de Presença	(88.996,02)	(171.871,83)	(75.870,45)	(142.347,37)
Encargos Sociais	(422.631,64)	(788.409,66)	(383.009,50)	(745.778,98)

O valor destinado para Cédula de Presença do Conselho Fiscal, corresponde a R\$ 183.909,94 no exercício de 2020.

## 26. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE GOIANO - SICOOB CREDI-RURAL**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDI-RURAL** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações (SGR).

## 27. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

### **27.1 Risco operacional**

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### **27.2 Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### **27.3 Gerenciamento de Capital**

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.



## 27.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

## 27.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

## 28. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 29. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência	600.124.285,22	498.542.136,96
Capital Principal - CP	192.307.615,59	132.642.543,93
Nível I	192.307.615,59	132.642.543,93
Índice de Basileia %	32,76%	45,10%
Razão de Alavancagem (RA) %	22,87%	30,71%
Índice de imobilização %	3,18%	3,81%
Ativos Ponderados pelos Riscos	1.831.501.100,82	1.105.354.532,73

### 30. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de perda em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma segundo opinião da assessoria jurídica, são constituídas as seguintes provisões para as demandas classificadas com probabilidade de perda provável:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Provisão para Passivos Contingentes (I)	778.765,76	-	708.238,69	-
Para Interposição de Outros Recursos Fiscais (II)	1.221.721,53	921.784,65	1.218.729,56	921.784,65
<b>TOTAL</b>	<b>2.000.487,29</b>	<b>921.784,65</b>	<b>1.926.968,25</b>	<b>921.784,65</b>

(I) Refere-se à demandas de natureza trabalhista que a cooperativa é polo passivo.

(II) Refere-se a provisão para PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de 1999 a 2004.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDI-RURAL**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$ 222.962,14** em ações de natureza cível.

Rio Verde – GO, 31 de dezembro de 2020.

\_\_\_\_\_  
**Kadmo Ribeiro Carneiro**  
Presidente do Conselho de Administração

\_\_\_\_\_  
**Fábio Bellintani Iplinsky**  
Diretor Administrativo

\_\_\_\_\_  
**Ocimar Furtado de Souza**  
Diretor Operacional

\_\_\_\_\_  
**Bruno de Oliveira Borges**  
Contador CRC GO 25.074/O-1

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da  
**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano – SICOOB CREDI-RURAL**

Brasília - DF

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano – SICOOB CREDI-RURAL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob SICOOB CREDI-RURAL em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos – Demonstração das Reversões e Destinações do Resultado do Exercício**

Examinamos, também, a Demonstração das Reversões e Destinações do Resultado do Exercício, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração do SICOOB CREDI-RURAL e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar

dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 19 de fevereiro de 2021.

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Diego Rabelo S. Toledo'.

**Diego Rabelo S. Toledo**  
Contador CRC/DF 019481/O-4  
CNAI 2090